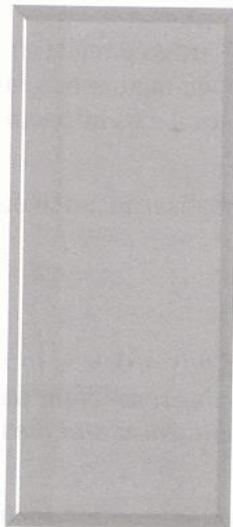




Luiz Antonio Koritiake (Uniso)

Globalização: feitos e efeitos



RESUMO

O objetivo deste artigo é registrar a influência da globalização nos mercados locais, com análises de alguns dos fatores que vêm impulsionando as transformações no mundo atual e os impactos que proporcionam na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: globalização; sociedade contemporânea; transformações; competitividade.

ABSTRACT

The objective of this article is to register the influence of globalization in the local markets, analyzing some of the factors that have been stimulating the transformations in the current world and the impacts that it provides in the contemporary society.

Key words: globalization; contemporary society; transformations; competitiveness.

Introdução

As organizações empresariais em todo o mundo têm realizado significativas mudanças em seus sistemas de gerenciamento, nos últimos anos, para enfrentar as transformações que vêm ocorrendo na economia mundial. Para sobreviver e crescer nesse novo ambiente, as empresas têm buscado desenvolver um sistema de gestão que as torne excelentes, diferenciadas e competitivas diante de seus principais concorrentes. Nessa busca de diferenciação de vantagens competitivas intensificou-se a velocidade de lançamento de novos produtos ou o desenvolvimento de novos atributos dos produtos já existentes, visando a responder com presteza às preferências e sinalizações dos consumidores.

A competitividade no comércio de bens e serviços adquiriu a pretensão de ser o único discurso viável em um mercado livre, no qual as empresas, movidas pelo desejo de mais lucros, concorrem entre si para atrair consumidores. Nesse contexto, as empresas são levadas a aprimorar constantemente a qualidade de seus produtos e a se organizarem de forma mais eficiente e menos dispendiosa.

Inovações contínuas, pelas quais são destruídos e criados novos tipos de trabalho, fazem com que a cada dia surjam novos produtos no mercado com ciclos de vida cada vez menor e novas necessidades de consumo. A disseminação das novas idéias de organização e administração das empresas vem modificando radicalmente e com velocidade crescente os padrões internacionais de produção e competitividade. Dessa forma, toda e qualquer fala que envolva alternativas econômicas tem que se incorporar plenamente ao jogo do mercado, cujos mecanismos atuam nas organizações, exigindo o desenvolvimento de sistemas flexíveis e de alta velocidade na gestão empresarial.

A partir dos anos setenta¹ é que as condições para as modificações se tornaram mais favoráveis, atingindo um patamar mais elevado na década de 80. A economia mundial capitalista, neste último período, está marcada por rápidas e importantes transformações, “de tal forma a configurar uma etapa nova e mais avançada de progresso tecnológico e de acumulação financeira de capitais; ou seja, caracterizando um estágio mais profundo e

¹ Quando nos referirmos aos anos setenta..., década de 80..., estaremos nos referindo aos períodos do século XX.

intenso de internacionalização da vida econômica, social, cultural e política” (Coutinho, 1995:21).

Esta “internacionalização”, que Coutinho cita é a globalização, “... que diz respeito a todos os processos por meio dos quais os povos do mundo são incorporados em uma única sociedade mundial, a sociedade global” (Albrow, apud Ianni, 1995:13). Sua manifestação pode-se dar na interligação acelerada dos mercados nacionais, na possibilidade de movimentar bilhões de dólares através de um simples “clique” no computador, a padronização dos produtos e uma estratégia mundial de unificação de marketing, uniformizando a imagem (um tênis Nike, um Big Mac). Tais manifestações já acontecem: para todos os lados para os quais olhamos vemos-nos envolvidos numa sociedade global. As pessoas se alimentam, se vestem, moram, são transportadas, se comunicam, se divertem por meio de bens e serviços mundiais, utilizando mercadorias produzidas pelo capitalismo mundial, com organizações que operam em vários países. Com a globalização está havendo uma expansão significativa dos fluxos de comércio, inclusive nos países em desenvolvimento. A questão da competitividade, por conseguinte, ganha prioridade nas plataformas das políticas nacionais.

Neste contexto é que propomos uma análise de alguns dos fatores que vêm impulsionando as transformações no mundo atual e que vêm interferindo nos mercados locais. Posteriormente abordaremos os impactos destes fatores, muitas vezes esquecidos, no entanto com efeitos avassaladores na sociedade, tudo pela supremacia econômico-financeira.

1. Fatores determinantes da globalização

Dentro da globalização alguns fatores têm-se apresentado como sendo a mola propulsora, causas das transformações da sociedade contemporânea, desde a década de 70. Os mais evidentes que acionaram e que estão acionando o processo de transformações dos padrões da sociedade existentes são: a) o avanço do neoliberalismo; b) a crise do comunismo; c) a superação dos modelos produtivos de Taylor e Ford²; d) a ciência e a tecnologia.

² Frederich Winslow Taylor, precursor da moderna teoria administrativa, em 1911 publicou *Princípios da Administração Científica*. Henry Ford, empresário americano, criou em suas empresas as linhas de montagem que permitiram a produção em série dos automóveis Ford.

Queremos salientar que esses fatores, isolados, não levam à consumação de uma transformação, mas no conjunto vêm provocando impactos em todos os setores envolvidos (político, econômico e social), obrigando o surgimento de mecanismos organizacionais que propiciem padrões para atender a um mercado mais competitivo.

1.1. O avanço do neoliberalismo

O liberalismo teve como período clássico de 1846 a 1914,

... em que a evolução política e econômica coincidiu para uma expansão cada vez maior das liberdades individuais, (...) a liberdade de comércio de mercadorias e de movimentação internacional de capitais e de pessoas, a crença no progresso ilimitado da ciência e da técnica, das artes e da sociedade, a crítica confiança na 'civilização' do Ocidente" (Campos, Fernandez, 1993: 69).

Inúmeros fatores intervieram, após a primeira guerra mundial, não dando espaço para a consumação deste pensamento: o avanço do fascismo, as revoluções comunistas, a tentativa de estabelecer uma nova divisão geopolítica com a Liga das Nações e o comércio internacional estrangulado e em depressão. (id., ib.,).

Ainda na década de 40, renasce nos Estados Unidos e na Europa, com base na obra de Friedrich Hayek, *O caminho da servidão*³, escrito em 1944, com a proposta de combater o solidarismo reinante e o keynesianismo⁴, o novo liberalismo – o neoliberalismo. Naquele momento histórico, política com linhas tão individualistas não ganhou força, tendo em vista que o capitalismo estava-se fortalecendo a cada momento nas décadas de cinquenta e sessenta.

Os neoliberais acreditavam que o estado de bem-estar social tornava os cidadãos iguais, acabando com a liberdade e com a força da concorrência e que “... a desigualdade era um valor positivo — na realidade imprescindível em si — pois disso precisavam as sociedades ocidentais” (Anderson, 1995:10). Essas idéias permaneceram por longo tempo adormecidas, até a

³ Essa obra de Hayek foi publicada, no Brasil, pelo Instituto Liberal, em 1987.

⁴ Teoria de John Maynard Keynes: a intervenção governamental em escala maciça poderia efetivamente assegurar o pleno emprego. Cf. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. S. Paulo: Nova Cultural, 1986.

chegada da crise dos anos setenta e início dos anos oitenta. Os defensores desse modelo político explicavam que a inflação crescente do período se dava em virtude dos gastos por parte do estado com políticas sociais, aumentando cada vez mais os seus déficits públicos.

A proposta neoliberal que, fortalecida pela mídia, ganhava consenso nos meios econômicos tinha como finalidade a diminuição da ação do estado sobre a economia. Nessa visão encontramos as idéias das privatizações, as propostas nas mudanças da legislação trabalhista e a redução nos gastos sociais, que foram adotadas pelos países desenvolvidos como Inglaterra, com a eleição de Margareth Thatcher, em 1979, a primeira-ministra, Ronald Reagan, em 1980, eleito presidente dos Estados Unidos, e Helmut Kohl, em 1982, primeiro-ministro da Alemanha, com muitos outros países passando a seguir a mesma cartilha.

Os países em desenvolvimento são obrigados a adotar as políticas neoliberais por pressões externas, muitas vezes impostas por organismos internacionais, como o Banco Mundial que, para formalizar seus contratos de empréstimos, exigem a adoção de um conjunto de medidas de ajustes da economia. Soares (1996: 15) afirma que

O Banco Mundial exerce profunda influência nos rumos do desenvolvimento mundial. Sua importância hoje deve-se não ao volume de seus empréstimos e à abrangência de suas áreas de atuação, mas também ao caráter estratégico que vem desempenhando no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, por meio de políticas de ajuste estrutural.

Como podemos notar, as políticas neoliberais vão progressivamente se difundindo pelo mundo, ajudando a intensificar as mudanças nas sociedades atuais, através da ingerência dos países desenvolvidos e dos organismos internacionais.

1.2. A crise do comunismo

Em tempos de pós-desagregação do império soviético, de colapso do socialismo real na Europa oriental e da demolição do muro de Berlim, duzentos anos depois da Revolução Francesa, está simbolizada nesse momento, uma vitória do capitalismo e a consagração da globalização da economia como valor dominante. A queda de barreiras ideológicas veio acompa-

nhada da queda de barreiras comerciais e protecionistas, permitindo que qualquer empresa possa agir considerando praticamente o mundo todo como seu mercado.

O capitalismo ganha novas características no período pós-queda do muro de Berlim, “readquire tal ímpeto que invade os espaços até então protegidos pelo regime da economia centralmente planejada, nos países onde se ensaiam, ou se ensaiavam, experimentos socialistas. (...) de repente, o mundo inteiro parece estar a tornar-se capitalista” (Ianni. 1995a: 23).

O capitalismo, desde os seus primórdios, se impõe como um poderoso sistema, interferindo nas formas sociais de vida e trabalho, ganhando maior impulso no século XX. Até mesmo em países como a China, Coréia do Norte e Cuba, que permanecem com seus regimes comunistas, a influência do capitalismo se faz presente na forma de cerco, bloqueios, hostilidades e penetrações.

Nessa ótica, criam-se novos paradigmas de independência e de auto-suficiência de cada país, surgem novas relações de interdependência, ocorrem transformações contínuas, necessidades antes supridas internamente por produtos e serviços passam a ser criadas e supridas por diversas nações. Dentro da concepção empresarial, para sobreviver e prosperar num ambiente desse tipo, as empresas terão de afinar suas habilidades competitivas continuamente, em intervalos de tempo cada vez mais curtos.

1.3. A superação dos modelos produtivos de Taylor e Ford.

Com o desenvolvimento da industrialização, iniciado com a Revolução Industrial, a organização do processo produtivo teve sua evolução e passou a ser adotado com base na idéias de Taylor e Ford. O modelo produtivo desenvolvido por Taylor concentrava-se na tarefa em si, na busca de métodos mais eficientes para a execução de um trabalho. O seu objetivo era o de descobrir uma base científica ou objetiva para conceber e executar os trabalhos. Sendo assim, estabeleceu alguns princípios e orientações que até hoje vêm norteando as ações das organizações. Um dos princípios é o da divisão do trabalho, que consiste em decompor o trabalho total numa série de atividades elementares. Dentro desse princípio Taylor observava os movimentos e cronometrava cada atividade. A combinação de tempos e movimentos constituía o ritmo de desenvolvimento da tarefa, obtendo-

se assim o tempo padrão para a execução do trabalho total (Hampton, 1983: 10-14).

A divisão do trabalho cria uma nova estrutura organizacional nas empresas do início do século, surgem os departamentos de programação e controle da produção, tempos e métodos, controle da qualidade, recursos humanos, manutenção e muitos outros, a fim de aliviar o trabalho do operário, porque Taylor considerava que não cabia à oficina pensar. Um grupo de especialistas tinha a incumbência da preparação do trabalho, cabendo ao operário simplesmente a execução da tarefa.

A preocupação primeira nesse modelo de administrar a empresa era com a "tarefa". Conforme explicita o próprio Taylor (1979: 55):

A idéia de tarefa é, quiçá, o mais importante elemento da administração científica... Na tarefa é especificado o que deve ser feito e também como fazê-lo, além do tempo exato concebido para a execução... A administração científica, em grande parte, consiste em preparar e fazer executar essas tarefas.

Buscava-se alcançar o máximo da especialização do operário, tendo em vista a execução da tarefa e, assim, o aumento da produção. Nessa maneira de organizar a empresa encontramos uma nítida separação entre as atividades de planejamento e as de execução.

A concepção fordista tem como princípio a produção em massa e, valendo-se do taylorismo, Ford concebe a linha de montagem, o ritmo de produção contínuo. Tanto os trabalhadores como as peças devem ser dispostas na ordem natural das operações, de modo que toda peça ou aparelho percorra o menor caminho possível durante a montagem. Obtém-se como resultado desse modelo a não-necessidade de um trabalhador qualificado e sim, alguém cuja função era repetir indefinidamente movimentos padronizados. Portanto, visava a fazer que as empresas do início do século, e muitas até hoje, não dependessem do conhecimento profissional do homem para o trabalho. (Fleury, Vargas, 1994: 23-25). Tal modelo produtivo foi até os anos setenta a maneira mais eficaz de enfrentar a luta competitiva, porque uma de suas características é o crescente volume de fabricação de produtos homogêneos, padronizados com custo unitário decrescente, permitindo enfrentar a concorrência através do preço.

Surge no Japão, na década de 50, um modelo que se tornou um dos principais paradigmas da reorganização das relações industriais, o toyotismo. A origem da nova maneira de administrar a produção está ligada à história

da Toyota Motor Company, empresa que, até então, estava centrada na indústria têxtil e de caminhões e que passava a fabricar carros de passeio. Seu principal dirigente da área de produção, Taichi Ohno, percebeu que, para atender aos vários segmentos do mercado japonês com um consumo reduzido, não poderia adotar o sistema de produção de massa, como o adotado por empresas automobilísticas da América.

Ohno comprova que pequenos lotes de peças reduzem custos financeiros, desde que fossem produzidas exatamente as quantidades vendidas, no tempo exatamente necessário, eliminando o desperdício, mantendo níveis de estoque zero e que o próprio operário pudesse controlar o sistema. Dessa maneira, necessitava de um trabalhador melhor qualificado, que pudesse ter múltiplas funções (Guerra, 1996:57-8). Como afirma Elias (1996: 36),

...este modo de produção se caracteriza, entre outros itens, pela flexibilização da produção, a penetração da microeletrônica em produtos e processos de produção, pela transformação tecnológica que tem acompanhado essa reestruturação industrial, pelo uso da informação de uma maneira mais ampla, tendo a exigir uma força de trabalho de maior escolaridade e de maior qualificação, com visão global do processo...".

O conjunto dessas novas técnicas de automação e de reorganização das empresas está exigindo profundas mudanças no perfil da mão-de-obra e na estrutura ocupacional. Podemos afirmar que as tendências mostram que estamos no fim do ciclo fordista de produção e entrando numa nova cultura industrial que emerge desde o final do século XX, exigindo um novo perfil de qualificação da mão-de-obra.

Hoje as empresas estão em busca de profissionais que possam exercer múltiplos papéis, não aquele especialista segmentado do passado. Salm apresenta um composto de atributos para os trabalhadores do momento que vivemos: "... *raciocínio lógico; autonomia; articulação verbal; capacidade de iniciativa, de comunicação, de cooperação e de tomada de decisões*" (Salm, 1992:18).

O toyotismo substitui a busca da especialização pela desespecialização e pela polivalência do operário, incluindo a gestão da qualidade nos atos elementares da execução das operações, introduzindo o controle e a manutenção como atividades do operário que, no modelo fordista-taylorista, apenas era o de executor de tarefas produtivas. Afirma-se nos meios industriais que funcionar com "estoque zero" e com máquinas programáveis (de

controle numérico) necessita de uma fábrica sintonizada. Isto significa uma “fábrica enxuta”, sem gorduras, trabalhando com tecnologia de ponta para alcançar o máximo da produtividade através da flexibilidade.

1.4. A ciência e a tecnologia

O conhecimento deixou de ser um bem puramente cultural e passou a ser o principal elemento para o sucesso econômico. A ciência tem sido, nos últimos anos, o motor do desenvolvimento tecnológico. Na base da fabricação dos produtos mais refinados, no desenvolvimento de novos métodos e processos de aquisição e beneficiamento da matéria-prima está o conhecimento científico.

Países como Alemanha, Estados Unidos, França e Japão, considerados tecnologicamente mais evoluídos, desenvolvem uma intensa atividade científica, têm laboratórios de ponta e pesquisadores qualificados, realizando investigações nas diversas áreas do saber; enquanto nos países do terceiro mundo o investimento em pesquisa científica deixa a desejar, ficando, portanto, submissos às grandes potências.

A ciência e a tecnologia moderna passaram a ser a mola que impulsiona o desenvolvimento. Quem não tiver competência para desenvolvê-las estará condenado ao fracasso ou a viver eternamente na dependência. A associação do desenvolvimento científico com o tecnológico resultou e está resultando em diversas invenções, que estão superando os limites ou fronteiras do conhecimento imaginado pelo homem. Nunca a ciência e a tecnologia atingiram patamares tão altos de importância nem exerceram tamanha influência nos destinos da humanidade, como atualmente. O que há realmente de novo é o fato de que a humanidade vem alcançando poderes jamais vistos sobre o seu meio ambiente. Historicamente, a mudança da ordem industrial para a era da mecatrônica e da telecomunicação é uma alteração tão grande, ou mais, quanto da era agrícola para a industrial.

O desenvolvimento de novas tecnologias vem ocasionando transformações radicais na vida do cidadão, enquanto sujeito individual ou coletivo. O avanço tecnológico é perceptível no cotidiano das pessoas, seja nas fábricas, nas lojas, nas escolas, nas residências, nos bancos, etc..., exigindo em cada local, uma nova postura de se relacionar, de agir e de pensar. Para Dowbor (1996: 20),

...as transformações mais significativas podem ser resumidas em cinco grandes eixos: a informática, que está revolucionando todas as áreas, e em particular as que lidam com conhecimento; as telecomunicações, que conhecem uma revolução tecnológica mais profunda e dinâmica do que a da informática, tornando possível e cada vez mais barato tudo – texto, imagem, som – em grandes volumes e com rapidez, em particular através da telemática, associação da informática com telecomunicações; a biotecnologia, que ainda não invadiu nosso cotidiano, mas deverá constituir a força principal de transformação na agricultura, indústria farmacêutica e outros setores na próxima década; as novas formas de energia, em particular o laser, permitindo aplicações que estão generalizando-se na medicina, no comércio, nos eletrodomésticos e outros setores; finalmente, os novos materiais, que incluem as novas cerâmicas, os supercondutores, as novas formas de plástico etc., que, por sua vez, permitem novos avanços na eletrônica e na informática, nas telecomunicações, e assim por diante (grifos nosso).

As novas tecnologias são implantadas com a intenção de melhorar a qualidade, aumentar a competitividade, integrar e flexibilizar a empresa, para melhor atender ao mercado e às exigências internacionais. Por sua capacidade de levar a mudanças estruturais fundamentais nas organizações a tecnologia assume um papel essencial no sucesso das companhias e, cada vez mais, as indústrias de alta tecnologia tendem a conquistar, expandir e dominar o mercado global. (Rattner, 1986: 43).

A adoção de políticas neoliberais, a consagração da globalização da economia, a flexibilização da produção e o domínio da ciência e tecnologia como fatores de desenvolvimento levam países, organismos internacionais, empresas transnacionais e nacionais e a própria sociedade a utilizar mecanismos para a sobrevivência, e o movimento da Qualidade Total passa a ser uma vantagem competitiva na busca da supremacia ou da excelência.

2. Implicações da globalização - “efeitos colaterais”

O avanço do neoliberalismo, as mudanças nos modelos de produção, a crise do comunismo e as inovações da ciência e tecnologia estão ocasionando alguns efeitos “colaterais”, implicações à sociedade, muitas vezes esquecidos, ou mesmo deixados de lado em função da busca da supremacia econômica, como apresentaremos a seguir.

2.1. A exclusão

Cada vez mais se intensifica a exclusão de certos grupos no sistema capitalista. Em virtude da baixa renda, muitos cidadãos não têm acesso à saúde, à educação, à habitação, ao transporte, ao lazer e muitas vezes o direito de ser "gente". A carta da ONU sobre os direitos humanos, no entanto, reza que todos os homens são iguais, sem discriminação de raça, credo ou cor e todo homem tem direito a um salário digno para promover a própria vida. Steffan (1995: 528) afirma que

o capitalismo atual se caracteriza por uma proliferação acelerada e generalizada de um exorbitante des- e subemprego que alcança já entre os 30 e 75 por cento da População Economicamente Ativa (PEA) na América Latina. Do ponto de vista do capital, se trata de uma população supérflua, economicamente inviável...

Ao se referir ao processo da lógica econômica do capitalismo, Steffan nos dá a entender que um grande contingente do povo está fadado ao analfabetismo funcional e à miséria, ficando marginalizado por não ter poder de compra. Trata-se de população de perdedores, excluídos, pois para as grandes organizações mundiais já não fazem parte de suas estatísticas como massa consumidora, mas sim de massa humana economicamente descartável. O crescimento econômico e a melhoria de qualidade de vida são planejados a grupos seletos de consumidores potenciais, com apreciável poder aquisitivo e, nesse contexto, a qualidade passa a ter, então, um conceito seletivo e discriminatório, sendo acessível somente àqueles que podem comprar.

Costa (1997: 80) nos apresenta informações sobre a concentração de renda no Brasil, utilizando como base o ano de 1960, quando os 5% mais ricos da população detinham 27,7% da renda; em 1990 esses mesmos 5% passaram a deter uma fatia de 35,8%. No mesmo período os 20% mais pobres tiveram suas rendas reduzidas de 3,5% para 2,3%. Mesmo com os planos de estabilização econômica, (Plano Cruzado e Plano Real) não houve alterações substanciais neste panorama.

O crescimento econômico não contribuiu para reduzir as profundas desigualdades existentes no planeta, e o processo de concentração de capital que se iniciou há mais de cem anos prossegue, ainda hoje, a todo vapor.

2.2. A concentração do poder econômico

Está acontecendo nos últimos anos um fenômeno que vem alterando o perfil das corporações e do mercado fornecedor: são as fusões de empresas que já dominavam parte do mercado e que agora passam a dominar uma parcela muito maior em função dessas associações com operações avaliadas em dezenas de bilhões de dólares, negócios de dimensão global, envolvendo milhões de clientes em dezenas de países.

No início do mês de abril de 1998 vimos a concretização de uma das maiores negociações da história das corporações do mundo que foi a fusão entre o Citicorp e a Traveleres Inc., uma operação avaliada em US\$ 70 bilhões, envolvendo aproximadamente cem milhões de clientes em mais de cem países. Trata-se de uma instituição financeira com interesse em todo o planeta com quantia financeira superior à maioria dos países do mundo (*Folha de S. Paulo*, 7/abril/98, cad. 1: 2).

Setenta e cinco por cento do mercado de creme dental no Brasil passou a ser detido pela Colgate a partir do momento em que a empresa adquiriu parte dos negócios mundiais de saúde bucal da American Home Products (Folha de S. Paulo, 17/junho/2000, cad. B: 2).

Outros negócios com desdobramentos iguais ou menores estão prestes a acontecer em setores como telecomunicações, farmacêuticos, alimentícios, automobilísticos e de minerações, nos Estados Unidos e na Europa. A hegemonia de certos grupos torna-se muito evidente. A dimensão de negócios como os que acabamos de citar revela por si só a riqueza centralizada, dando-nos a ilusória impressão de desenvolvimento e crescimento geral. Conforme afirmam Hunt e Sherman (1988: 179-180),

o desenvolvimento tecnológico e o crescimento da produção aceleraram a concentração do poder econômico nas mãos de um reduzidíssimo número de empresas. Em 1929, as 100 maiores corporações industriais detinham o controle legal (o controle real era muito maior) de 44% do patrimônio líquido de todas as empresas industriais. Em 1962, esta porcentagem atingiu 58%.

Participar do jogo competitivo cada vez mais está-se tornando difícil, o domínio das megas corporações vem engolindo as empresas locais, através do domínio tecnológico e financeiro. É notório e inevitável o predomínio financeiro como pólo de acumulação e concentração de riqueza nos rumos do desenvolvimento econômico mundial.

2.3. A influência de organismos multinacionais sobre os governos locais

Os principais centros de mando e decisões estão espalhados por diversas instituições, organizações, agências e empresas que legitimam posições e atuações de países dominantes. Os organismos internacionais como ONU, FMI, BM, BID⁵ e as empresas transnacionais impõem suas políticas econômicas de forma indireta, mas decisiva sobre os países em desenvolvimento. Conforme diz Coraggio (1996: 82-3),

o poder dos organismos multilaterais sobre os governos dos países em desenvolvimento é exercido menos por seu porte financeiro (salvo possíveis lucros espúrios dos intermediários); o fator decisivo é sua capacidade de interferir nas relações econômicas internacionais (por exemplo, vinculando a acesso ao mercado de capitais com assinatura de acordos prévios com o FMI ou Banco Mundial, que impõem sua política econômica e os parâmetros de relação Estado/sociedade: equilíbrio fiscal, desregulamentação, privatização, descentralização). Os governos que controlam esses organismos obtêm um grande poder (leverage) com custos muito baixos, (...) Mas essa capacidade institucionalizada dos governos dos países industrializados para influir politicamente nas relações econômicas globais – apresentada como sendo sua responsabilidade para manter a ordem econômica mundial – não é ainda suficiente. Esta influência manifesta-se dramaticamente quando se apela ao bloqueio econômico, um recurso também político que, apesar do fim da Guerra Fria, está sendo utilizado com frequência.

Podemos notar o posicionamento de organismos como a ONU voltada de maneira geral a legitimar decisões dos países mais fortes. Como exemplo, temos a Guerra da Coreia, em 1950, e do Golfo, em 1990, evidenciando o domínio dos Estados Unidos nas decisões adotadas pela ONU, que justificam que tal decisão de atuação militar era elemento fundamental para manter uma ordem mundial, preservando a segurança das nações. (Ianni, 1995a: 129-30).

A atuação de instituições ligadas ao sistema monetário internacional, tais como FMI e Banco Mundial, é capaz de intervir e redirecionar políticas tanto de ordem econômica como da social (educação, saúde...), atuar nas relações comerciais, fiscais e outras tantas práticas internas e externas. Os

⁵ ONU — Organização das Nações Unidas; FMI — Fundo Monetário Internacional; BM — Banco Mundial; BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento.

programas de estabilização e ajustes das economias dos países emergentes desenvolvidos pelo FMI e os empréstimos do BM nas áreas sociais são poderosos instrumentos de manipulação de políticas que atingem milhões de pessoas.

No Brasil o BM e o FMI vêm exercendo grande influência no processo de reorganização interna. Nos anos 70 promoveu a modernização do campo, financiou projetos industriais e de infra-estrutura, fortalecendo a concentração de renda e a devastação do meio ambiente. Com a crise do endividamento externo, na década de 80, a influência passa a ocorrer na elaboração de programas de estabilização e ajuste da economia, que conduziram o país, no início dos anos 90, a um agravamento da miséria e da exclusão social, levando cerca de 40% da população a viver abaixo da linha da miséria (Soares, 1996: 17). Ianni (1995a: 132-3) afirma que

essa forma de dominação, que se pode denominar 'colonialismo de mercado', subordina povos e governos ao jogo anônimo e às manipulações deliberadas das forças desse mercado, (...) as políticas ditadas pelo FMI e o Banco Mundial acentuam as disparidades sociais entre as nações e no seu interior.

As empresas multinacionais, transnacionais, globais apresentam-se como pólos de mandos e de decisões, responsáveis pela formação e funcionamento de um grande "shopping center global", espalhado por diversos países e por todos os continentes. Suas marcas aparecem como símbolos da verdade e seus produtos como única forma de atingir um real fascinante.

Utilizando todos os recursos da mídia impressa e eletrônica, essas organizações induzem a consumir, a pensar, a divertir e a mudar costumes. Basicamente todos os povos, mesmo das mais longínquas aldeias, recebem suas mensagens com o objetivo de levar ao consumo. A atuação das empresas em países em desenvolvimento leva governos a fazer concessões (doação de áreas para a instalação, isenção de impostos e infra-estrutura básica), com o objetivo de gerar postos de trabalho e melhoria de determinada região. A perda de poder e da governabilidade faz parte da conjuntura, determinada por um processo global, onde a economia é o mecanismo principal de direcionamento da política nacional.

Em síntese, essas instituições, agências, organizações e empresas dispõem de meios para decidir, induzir e impor sobre as nações, pois movimentam capitais vultosos, e toda a forma de poder global está articulada segundo os princípios da economia de mercado. Restando poucas saídas

para governos e governados, tais estruturas de poder vêm garantindo o *status quo* em escala mundial.

2.4. O capital especulativo

A globalização financeira, intensificada a partir da década de 80 com a queda dos custos das telecomunicações e da informática, melhorou a gestão dos capitais, ampliando o mercado internacional e reduzindo os custos das transações financeiras. O mundo das finanças está interligado através de redes computadorizadas, fazendo com que bancos, corretoras, bolsas de valores e mercadorias acelerem o ritmo dos negócios e a conexão entre mercados. A informação viaja pelas linhas telefônicas lado a lado com a ordem de compra e venda. Há programas que podem disparar automaticamente uma ordem de venda de ações ou títulos em qualquer lugar do mundo, quando seus preços cruzam para baixo de determinada margem de segurança.

Hoje, tanto pessoa física como jurídica investem seus capitais em ações, grandes e pequenos investidores tornam o circuito financeiro agitado, febril. O avanço da classe média do mundo todo sobre as finanças é um dos maiores movimentos já existentes.

As exigências desses novos investidores, de lucros cada vez maiores, levam o sistema financeiro a procurar as bolsas e os leilões de títulos de países como Brasil, México, Indonésia, Coréia etc. em busca de novas oportunidades.

Os negócios financeiros do mundo estão nas mãos de todos e de ninguém, em particular. Atingiram um estágio tal que o capitalismo não tem mais dono, os países não têm mais fronteiras para o dinheiro e as transações são instantâneas. Por ser um dinheiro que circula em busca de oportunidades de lucros imediatos, o capital especulativo gera conseqüências imprevisíveis no mercado financeiro. O que é de assustar é o tamanho do bolo e o ritmo com que o dinheiro muda de lugar quando alguma coisa o incomoda. Singer (1998: 2) afirma que

... racional ou irracional, o 'mercado' movimenta enorme massa de valores. Por isso, ocasiona oscilações algumas vezes violentas em economias nacionais pequenas e até médias, como a coreana ou a brasileira. Quando o 'mercado' escolhe um país ou uma região para aplicar capitais, as moedas nacionais se valorizam e o crédito se expande, estimulando consumo e investimento. Normal-

mente, o crescimento se acelera e as contas externas se deterioram, exatamente para absorver os capitais que o 'mercado' envia. Tudo vai bem, até que — por razões misteriosas, que sempre podem ser substituídas por hipóteses neoclássicas — o 'mercado' muda de opinião. Aí os capitais começam a fugir, as moedas nacionais se desvalorizam, o crédito interno se contrai e o país entra em crise.

São os donos do capital especulativo que financiam uma boa parte da dívida pública dos governos. Nas bolsas de valores, as empresas costumam buscar dinheiro para investir em produção, sem precisar recorrer a bancos. É também o capital especulativo que compra o bônus que algumas empresas lançam no mercado internacional para financiar seus investimentos.

Não há dúvida de que os países devem procurar defender-se dos avanços do capital especulativo. A maneira mais eficiente é não depender dele para o básico. É preciso manter a economia do país sob boa gerência. Numa situação assim o dinheiro especulativo vem, é usado e pode sair, quando quiser, sem causar grandes traumas.

2.5. A privatização

O pensamento neoliberal tem argumentado que as empresas privadas respondem mais rapidamente às mudanças tecnológicas do que o estado com sua estrutura inchada e lenta. São mais eficientes e econômicas em relação a custos de fornecimento de produtos e serviços do que o setor público. Conseqüentemente, o setor privado pode fornecer com maior qualidade e menor preço produtos e serviços regulados pela competição do mercado. A onda de privatizações no Brasil e na maioria dos países se consolida na década de 90, principalmente nos últimos anos, quando empresas de telefonia, energia, estradas de rodagem, transporte ferroviário, siderúrgicas começam a ser administradas pelo capital privado. A política de austeridade teve início no final da década de setenta, quando os gastos com os setores sociais foram reduzidos drasticamente e o reforço das concepções neoliberal fez revitalizar a idéia do Estado Mínimo, fazendo com que fossem redirecionados os sistemas de proteção social, orientando para as privatizações e as desregulamentações que permitissem a entrada de empresas privadas em setores que antes eram regidos pelo Estado.

Essas diretrizes reafirmadas nos países desenvolvidos são impostas aos países do terceiro mundo. A ação do Estado só é justificada se for na área

de segurança, justiça, educação básica e saúde, quando elaborados programas que garantam a estabilidade, a segurança social, o reforço à educação e à prevenção de doenças. (Draibe: 1993: 90-3). Corraggio (1996: 78) relata muito bem esses aspectos, quando afirma que

as políticas sociais são elaboradas para instrumentalizar a política econômica, mais do que para continuá-la ou compensá-la. São o 'Cavalo de Tróia' do mercado e do ajuste econômico no mundo da política e da solidariedade social. Seu principal objetivo é a reestruturação do governo, descentralizando-o ao mesmo tempo em que o reduz, deixando nas mãos da sociedade civil competitiva a alocação de recursos, sem mediação estatal. Outro efeito importante é injetar nas funções públicas os valores e critérios de mercado (a eficiência como critério básico, todos devem pagar pelo que recebem, os órgãos descentralizados devem concorrer pelos recursos públicos com base na eficiência da prestação de serviço segundo indicadores uniformes etc.), deixando como único resíduo da solidariedade a beneficência pública (rede de seguros) e preferencialmente privada, para os miseráveis.

Na tentativa de conseguir a competitividade, a excelência nos serviços e por ser uma premissa neoliberal de que tudo o que é público é incompetente, "os bons governantes" devem privatizar toda atividade que seja possível ser administrada pelo setor empresarial, reduzindo os gastos sociais ao mínimo e conseqüentemente, transferindo suas responsabilidades a terceiros.

Críticos apontam problemas com essa onda de privatizações. A chamada adequação da empresa ao mercado tem levado muitos funcionários das privatizadas a engrossar a legião de desempregados. Outro efeito da venda de estatais é a possibilidade de haver um monopólio, com empresas controlando sozinhas o mercado. Monopólio antes estatal pode ser transformado agora em monopólio privado, portanto a necessidade de que contratos detalhados que exijam dos novos donos um padrão de qualidade e preço que atendam satisfatoriamente a população, devam ser formalizados e controlados pelo poder público.

Tem sido pouco visível ao consumidor a redução da ingerência do Estado no setor produtivo, em função dos programas de privatizações. No Brasil as empresas privatizadas estão distante da rotina do povo, não havendo assim, uma maior percepção dos possíveis problemas ou benefícios oriundos da desestatização de algumas empresas do setor público.

2.6. O desemprego

A abertura da economia, as transformações organizacionais e tecnológicas assim como a pressão cada vez maior por competitividade, a restrição macroeconômica ao crescimento decorrente de programas de estabilização e as incertezas do setor financeiro têm contribuído para mudanças significativas no mercado de trabalho no panorama mundial, especialmente em países em desenvolvimento, caso do Brasil.

A constatação de uma tendência estrutural de desemprego vem ocupando páginas de jornais, noticiários televisivos, preocupando organizações internacionais e governos locais, constituindo, assim, um grande desafio para a política econômica no atual momento. Atrelada a essa tendência de desemprego vem a precariedade das condições do trabalho, o trabalho escravo, reconhecido pelo próprio governo, o trabalho de menores de 14 anos, discriminação de grupos populacionais específicos (mulheres, jovens, velhos e segmentos étnicos) e o crescimento do subemprego, que têm afetado toda a sociedade.

O capitalismo atual vem apontando para o crescente aumento da produtividade com um mínimo de recursos humanos. Com o desenvolvimento da eletroeletrônica, os sistemas de automação e robótica vêm cada vez mais substituindo o trabalho humano, eliminando postos de trabalho, sempre em busca da alta produção, redução de estoques, maior lucratividade, dentro de padrões aceitáveis ao consumidor. A sobrevivência da empresa nos dias de hoje passa pela concepção toyotista, afirma Oliveira (1996: 75).

...o Toyotismo ficou conhecido como um sistema de estoque zero justamente pela constatação de que por trás dos estoques há um excesso de pessoal, aqueles que produzem. Então, a redução dos custos passa necessariamente pela redução dos efetivos, 'condição única para sobreviver e fazer crescer um bom negócio'.

Estamos num momento singular da história, muito diferente dos já vistos. A indústria que no passado (início do século XX), recrutou mão-de-obra em massa, hoje não mais está fazendo, em função dos avanços tecnológicos. Desde o operário sem qualificação aos mais qualificados, técnicos, supervisores, gerentes estão enfrentando essa onda de desemprego.

O operário menos qualificado viu a instalação de máquinas e equipamentos que produzem 10, 20, 50, 100 vezes mais e as velhas máquinas

operadas por ele serem jogadas na sucata. Os chamados executivos estão vendo seus postos de trabalho serem substituídos por programas de computadores que operam melhor e mais rapidamente.

O perfil deste novo profissional é diferente do até então buscado pelas empresas para operar equipamentos lentos e não-informatizados. Hoje, empresas buscam pessoas com múltiplas habilidades, como apresentamos no item 1.3 *Superação dos modelos de produção de Taylor e Ford*. As novas exigências do mercado de trabalho quanto à qualificação da mão-de-obra vêm obrigando os trabalhadores a ter um conhecimento da língua inglesa e/ou domínio de outro idioma, pois equipamentos e manuais têm exigido um mínimo de conhecimento para operá-los; em muitos casos o conhecimento de informática é um outro quesito imprescindível na seleção de determinados profissionais. Esse perfil de qualificação pressiona de um lado o trabalhador, enquanto que as máquinas e os softwares pressionam do outro. Aquele que estiver adequado ao momento atual terá um maior potencial de empregabilidade.

O mundo do trabalho sofre impactos de todos os lados. No Brasil, esses impactos vêm dos rumos que a economia internacional vem tomando, da abertura para os produtos importados, da introdução das novas tecnologias e sistemas de produção, das privatizações e da incapacidade de gerar novos empregos, resultando no fechamento de muitos postos de trabalho, ampliando o número de excedentes.

Com a bandeira *criar mais postos de trabalhos*, empresários e governo, impulsionados pela mídia, vêm sugerindo propostas para a flexibilização das leis trabalhistas, como o trabalho em tempo parcial, o trabalho por projeto e o trabalho subcontratado, assim como formas de remuneração atreladas à produtividade, com o intuito de reduzir os custos relativos aos encargos sociais pagos pelas empresas.

Não acreditamos que tais medidas, por si só, surtam efeitos; acreditamos, sim, que, para recuperar o crescimento dos níveis de emprego no Brasil é necessário modificar as políticas econômicas desenvolvidas; caso contrário, a tendência apresentada até aqui de desemprego deverá continuar. Os mais atingidos pelo desemprego são os oriundos das classes mais pobres, e o resultado dessa relação será o aumento dos já elevados níveis de miséria e de concentração de renda nas mãos de uns poucos.

3. Considerações complementares

Procuramos caracterizar as mudanças que vêm ocorrendo nas sociedades atuais, intensificadas pelo avanço tecnológico, pelas regras de mercado, pela adoção de políticas neoliberais e pelos novos modelos de produção. Tais determinantes, ao invés de serem o elemento propulsor do progresso e da melhoria da qualidade de vida para todos, têm sido, nos países dependentes, responsáveis pela eliminação de diversos postos de trabalho, pelo aumento da exclusão dos que não têm poder de compra, pela concentração do capital, pela perda do poder, pela governabilidade e pelas transferências de atividades de competência do Estado para o setor privado.

Em síntese, esta reflexão nos leva a acreditar que uma transição sem grandes turbulências em direção à sociedade globalizada, para a qual estamos rumando, ou melhor, em que já estamos mergulhados, implicaria medidas, por parte do Estado, que agregassem as áreas econômicas, sociais, de incentivo à ciência e a tecnologia e, principalmente, educacional, no intuito de minimizar os efeitos “colaterais” da globalização e, conseqüentemente da competitividade.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILE, Pablo; SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CAMPOS, Roberto; FERNANDEZ, Oscar Lorenzo. *Economia, Estado, modernidade*. In: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. São Paulo: USP, n. 17, março, abril, maio, 1993.
- CORAGGIO, José Luís. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia de et al. (org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 75-123.
- COSTA, Messias. *O Brasil e seu futuro: um estudo das fragilidades nacionais*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1997.
- COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos (org.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Papirus, 1995.
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo. In: *Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*. São Paulo: USP, n. 17, p. 86-101, mar,-mai., 1993.
- ELIAS, Valéria Ruedas. *Qualidade total e educação: uma análise de propostas de implantação da qualidade total na Educação*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

- FLEURY, Afonso Carlos Correa; VARGAS, Nilton. *Organização do trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- GUERRA, J. C. C. *Pedagogia da qualidade total ou neotecnicismo*. 1996. (Dissertação de Mestrado). Unicentro, Guarapuava, PR.
- HAMPTON, David R. *Administração contemporânea*. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. *História do pensamento econômico*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 a.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. A qualidade total na educação: os critérios da economia privada na gestão pública. In: BRUNO, Lucia. (org.) *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 1996, p. 57-90.
- OLIVEIRA, Gesner. As megafusões e o Brasil. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, cad. B 2, 17/junho, 2000.
- _____. O mega capital global. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, cad. 1, p. 2, 7/abril, 1998.
- RATTNER, Henrique. *Política Industrial: projeto social*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SALM, Cláudio. O impacto das novas tecnologias e a educação. *Idéias*. São Paulo: FDE, n. 15, p 15-20, 1992.
- SINGER, Paul. Mistério da crise financeira. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, Folha Dinheiro, cad. 2, p. 2, 1/fev., 1998.
- SOARES, Maria Clara Couto. *Banco Mundial: políticas e reformas*. In: TOMMASI, Livia de et al. (org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 15-39.
- STEFFAN, Heinz D. Globalización y educación en América Latina. *Educación & Sociedad*. Campinas, SP: Papyrus/CEDES, nº 52, p. 514-545, 1995.
- TAYLOR, Winslow Frederich. *Princípios da administração científica*. São Paulo: Atlas, 1979.

Endereço do autor:

R. Ten. Cel. João Carlos de Campos, 175
J. Guarujá
18050-480 – Sorocaba – SP
e-mail: lkoritiake@globo.com